

A FRONTEIRA AGRÍCOLA E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO NORTE DO TOCANTINS (BRASIL)

THE AGRICULTURAL FRONTIER AND TERRITORIAL CONFLICTS IN THE NORTH OF TOCANTINS (BRAZIL)

Thaysslorranny Batista Reinaldo

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
thayssuft@gmail.com

Alexandra Maria de Oliveira

Professora Associada do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC)
alexandra.oliveira@ufc.br

RESUMO

Os estudos fronteiriços têm ocupado debates importantes, sobretudo, na ciência geográfica, recebendo ao longo do tempo e do espaço diferentes definições, deixando de ser vista apenas como delimitação de um mapa, e passando a ser compreendida também enquanto um processo complexo e contraditório, envolvendo diferentes sujeitos sociais. Martins (2009) afirma que a melhor caracterização de um espaço fronteiriço é o conflito que nele ocorre. Esse artigo tem por objetivo revelar conflitos sociais no Norte do Estado do Tocantins na Amazônia Legal, ocorridos, muitas vezes, no processo de expansão da fronteira agrícola em terras ocupadas por camponeses posseiros. Para tal, foram utilizadas as seguintes referências teóricas (Martins, 2009; Furtado, 2014; Machado, 1992 e Lopes, 2018) e visitas a campo (no ano de 2019) com entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos. A resistência dos camponeses do Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-To, tem se configurado em ações de luta pela terra. Na vida de acampado, situações conflituosas envolvendo os camponeses e os empresários capitalistas são identificadas em depoimentos que envolvem intimidação, perseguição e medo da morte.

Palavras-Chave: Fronteira Agrícola. Conflitos Sociais. Camponeses Acampados. Norte do Tocantins (Brasil).

SUMMARY

Frontier studies have occupied important debates, especially in geographic science, receiving different definitions over time and space, ceasing to be seen as only the delimitation of a map, and is now understood as a complex and contradictory process involving different social subjects. Martins (2009) states that what best characterizes a border space is the conflict that occurs in it. This paper aims to reveal social conflicts in the North of Tocantins State part of Legal Amazon, which usually occurred in the expanding process of the agricultural frontier in occupied squatter's lands. For this, theoretical references were used (Martins, 2009; Furtado, 2014; Machado, 1992 and Lopes, 2018) and field visits (in 2019) with semi-structured interviews and

photographic records. The resistance of the peasants of the Camp Gabriel Filho in Palmeirante-TO has been configured in actions of struggle for the land. In encamped life, conflicting situations involving peasants and capitalist entrepreneurs are identified in statements that involve intimidation, persecution and fear of death.

Keywords: Agricultural Frontier. Social Conflicts. Camped Peasants. Northern Tocantins (Brazil).

INTRODUÇÃO

A região amazônica é a última grande fronteira da América Latina (Martins, 2009), uma área estrategicamente arquitetada para atender, sobretudo, aos interesses do capital. De acordo com Prado Júnior (2004), os interesses políticos e econômicos sobre a região amazônica ocorrem ainda no primeiro período da história brasileira e perduram ao longo do tempo e do espaço. Trata-se de uma região que teve seu território reorganizado para atender as demandas do capital, não levando em consideração a população local, o que contribuiu diretamente para a intensificação e aumento dos conflitos no campo (Martins, 2009).

A segunda metade do século XX foi marcada pela intensificação e criação de políticas e programas de ocupação na Amazônia Legal, que colaboraram diretamente com a expansão da Fronteira Agrícola e modernização do campo, dentre tais programas podemos citar o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos e Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados (PROTERRA).

O estado do Tocantins faz parte da Amazônia Legal, e em sua porção Norte a expansão da Fronteira Agrícola tem ocorrido de maneira intensa, causando dentre outras ocorrências, o conflito na luta pela terra e em defesa de território(s): camponeses e latifundiários. Trata-se de uma região que teve como um dos elementos chaves na reorganização territorial, a abertura da Rodovia Belém Brasília na década de 1950, até então, a principal via de circulação e interligação com as demais regiões brasileiras se dava por via fluvial, em especial pelos rios Tocantins e Araguaia conforme Brito (2016).

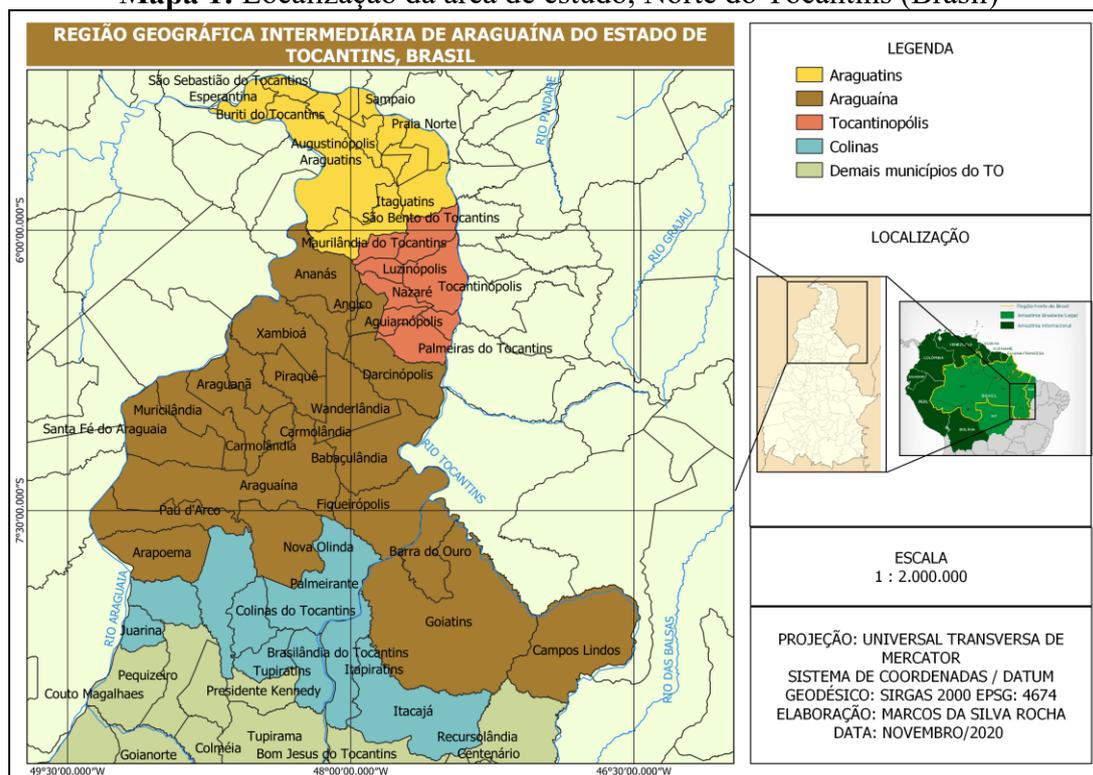
A abertura da rodovia contribuiu para uma reorganização da hierarquia urbana tocantinense. Segundo Bessa (2013), cidades portuárias como Porto Nacional (TO), Filadélfia (TO), Tocantinópolis (TO) e outras, acabaram perdendo importância econômica em relação aos municípios, localizados as margens da BR-153 (umas das onze rodovias federais que compõe a Rodovia Belém Brasília) como Araguaína (TO), Gurupi (TO), Colinas (TO) e outras. Além disso, Valverde (1957) pontua que a abertura da rodovia, tida como símbolo de desenvolvimento e modernização, não modificou somente a paisagem local, mas contribuiu com o processo migratório e com o acirramento da questão agrária da região. Em razão disso, os migrantes capitalistas abastados passaram a comprar e a grilar terras, gerando conflitos com migrantes camponeses posseiros¹ que já moravam no lugar e retiravam da terra seu sustento. Situação que reflete diretamente a expansão da fronteira agrícola na região.

A área de espacialização da pesquisa é a região Norte do estado do Tocantins (Mapa 1), um território composto pela Região Geográfica Intermediária de Araguaína, e dentro desta as Regiões Geográficas Imediatas de Araguatins, Araguaína, Tocantinópolis, Colinas. Refere-se a uma área rica em biodiversidade, fauna, flora e recursos hídricos e que vive uma série de conflitos socioterritoriais² envolvendo a luta pela terra. Assim sendo, esse artigo tem por objetivo revelar conflitos sociais no Norte do Estado do Tocantins localizado na Amazônia Legal brasileira, ocorridos, muitas vezes, no processo de expansão da fronteira agrícola em terras ocupadas por camponeses posseiros.

¹ Camponês posseiro é um agricultor que, não possuindo terra para plantar, ocupa terras devolutas e com o avanço do capital no campo fica, muitas vezes, submetido a expropriação. De acordo com Oliveira (1999, p.63) esses trabalhadores “procuram buscar no espaço distante um lugar para o trabalho livre, liberto”

² Conflitos sócioterritoriais aqui estão sendo descritos tendo por base os relatórios da CPT que estabelecem e analisam os conflitos no campo. Para a composição dos relatórios, os organizadores classificam os conflitos a partir dos temas terra, água, trabalho, violência e manifestações (WELCH, 2012).

Mapa 1: Localização da área de estudo, Norte do Tocantins (Brasil)



Elaboração: ROCHA, Marcos da Silva, 2020.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que usou como procedimentos metodológicos revisão bibliográfica em bancos de dados (teses, dissertações, artigos científicos, livros), pesquisa de campo, com visitas ao Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante (TO) e diálogos com os camponeses posseiros acampados, inclusive, com as crianças. Ocasão, que se realizaram entrevistas semiestruturadas e registros fotográficos. Optou-se por identificar os entrevistados por números (Entrevista 01, Entrevista 02 e assim por diante) para mantê-los em sigilo e por questão de ética. Ademais, foram utilizados bancos de dados tanto do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em especial o Sidra³, quanto informações disponibilizadas no site da Comissão da Pastoral da Terra (CPT).

³ Segundo o IBGE o Sidra é uma base de dados (em forma de tabelas) disponibilizada gratuitamente, que permite consultar informações de todos os indicadores econômicos conjunturais (como os de trabalho e rendimento, inflação, indústria, comércio, serviços, agropecuária e o PIB) e suas séries históricas. Também dá acesso aos resultados de quase todas as pesquisas estruturais do IBGE, inclusive o Censo Demográfico, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e as pesquisas econômicas anuais. Informação disponível em:

O trabalho está estruturado em dois momentos de discussão. O primeiro denominado “Fronteira, conceitos e políticas de ocupação na Amazônia Legal”, discute o surgimento do conceito Fronteira, sua modificação ao longo do tempo e do espaço e suas definições. Adiante, apresenta algumas das políticas e programas de ocupação da Amazônia Legal, na segunda metade do século XX, e sua relação com a expansão da fronteira agrícola.

O segundo momento denominado “a Fronteira Agrícola no Norte do Tocantins, conflitos e resistências”, discorre sobre a Fronteira Agrícola, a modernização do campo no Norte do Tocantins e mostra as desigualdades sociais presentes na área de estudo. Além disso, discute questões relacionadas aos conflitos nas áreas de expansão da fronteira agrícola e a realidade dos moradores do Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante (TO) que vivem na pele a relação contraditória da fronteira como o lugar da expansão da modernização agrícola e da expropriação e violência na luta pela terra no estado.

FRONTEIRA, CONCEITOS E POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO NA AMAZÔNIA LEGAL

Na ciência geográfica, a fronteira é concebida de diferentes maneiras, isso porque, vai depender muito da forma como o pesquisador lida com o tema, do objetivo com a pesquisa, da área de estudo e do arcabouço teórico-metodológico escolhido.

De acordo com Albuquerque (2010) e Ferrari (2014) o conceito de fronteira modificou-se ao longo do tempo, à medida que a sociedade também sofreu alterações tecnológicas, políticas, econômicas, sociais, ideológicas e capitalistas. Os primeiros registros que se tem do referido conceito, data, do fim século XIV na França, originada inicialmente como adjetivo feminino do substantivo “*front*”, “*fronteire*”, sua origem está diretamente relacionada ao universo militar, conquistas militares e estabelecimento de limites. Os autores dissertam que nesse caso, os militares iam até o *front* defender

seus territórios de possíveis ataques de invasores. A esse respeito, Nogueira (2007, p. 49) afirma:

A origem da palavra fronteira é “derivada do antigo latim ‘fronteira’ ou ‘frontaria’, e indicava inicialmente a parte do território situado ‘in fronte’, ou seja, nas margens, consignadas portanto uma qualidade e não uma entidade”. E isto termina sendo muito significativo para compreender a fronteira na Amazônia, tanto interna, em virtude dos conflitos de terra, quanto externa, devido à guerrilha, ao tráfico etc. Posteriormente a palavra ganhou o significado de divisão entre Estados-nacionais, sendo, portanto, um conceito também associado ao poder.

O debate contemporâneo sobre a fronteira emerge centrado basicamente na Europa, enquanto limite político territorial. Essa visão foi modificada segundo Ferrari (2014), por volta do século XIX, pelo historiador estadunidense Frederick Jackson Turner (1861-1932) ao formular a hipótese da fronteira em sua tese de doutorado, sobre o oeste americano. Ele propôs explicar a gênese da nação norte-americana como um processo autônomo desencadeado a partir da conquista de terras a oeste da costa atlântica, desde o início da colonização. Entretanto, não levava em consideração as comunidades indígenas, acabando por negligenciá-las, e também não via algumas cidades fundadas por franceses e espanhóis antes da “grande marcha”. Para F. J. Turner a fronteira seria o lugar onde nascem o território e a identidade (americana), não seria algo físico (como a delimitação de um mapa) e sim uma frente pioneira em expansão (uma fronteira em movimento).

Conforme Albuquerque (2010), os estudos de Turner influenciaram outros estudiosos do tema por todo o continente, inclusive no Brasil. Sua principal obra foi “*The significance of frontier in the American history*”. Suas pesquisas contribuíram direta ou indiretamente para estudos sobre as frentes de expansão interna em vários países, entre eles Argentina e Brasil. Desse modo, a fronteira podia ser interpretada como,

[...]uma zona de transição entre a civilização e a selvageria, um território ocupado pelos pioneiros que dilatam as fronteiras da nação e veem o outro lado dessa linha movediça como espaços vazios, desertos, *wilderness*, embora existam outras formas de vida e cultura humana sendo exterminadas em nome do progresso da civilização nacional (ALBUQUERQUE, 2010, p. 580).

Na segunda metade do século XX, os estudos sobre fronteira ganharam um novo sentido em pesquisas antropológicas, culturais e pós-coloniais, inclusive no Brasil, onde pesquisadores sofreram influência europeia e americana. Ferrari (2014) elucida que, no Brasil, em um primeiro momento, nacionalmente foi adotado o conceito europeu, influenciado pela teoria francesa, concebendo a fronteira unicamente como limite político-administrativo, linha divisória de um mapa. Somente por volta de 1950-60 é que se adere à teoria de F. J. Turner, que influenciou sociólogos, geógrafos e historiadores e serviu para nortear de forma direta ou indireta “[...] a expansão pioneira em regiões internas ao país, sobretudo nas regiões a Oeste, como a Amazônia caracterizada como frente pioneira, nos moldes da fronteira do Oeste Americano” (FERRARI, 2014, p. 17).

Segundo Hissa (2006) há diferentes definições e pontos de vista sobre a fronteira, algo que está diretamente ligado ao objeto de estudo e ao interesse do pesquisador. Becker (1990) entende que a fronteira é um espaço não totalmente estruturado em processo de incorporação ao espaço global/fragmentado, definido, em relação à sua estrutura e potencialidade, espaço-temporal capaz de gerar novas realidades. Já para Machado (1992) a fronteira é um espaço que viabiliza o novo (formas de ocupação, usos da terra) mediado pela ação do Estado e do setor privado. As pesquisas de ambas as geógrafas foram desenvolvidas na região amazônica.

De acordo com Silva (2007), a fronteira é resultado das contradições socioespaciais de reprodução da sociedade capitalista e tem uma dinâmica interna própria, onde geralmente capitalistas buscam expandir seus empreendimentos no interior do país, a partir da conquista de novas áreas. Situação que além de gerar conflitos com os diferentes grupos sociais do lugar, reorganiza o território para atender as demandas do capital.

Para Martins (2009, p. 150) “a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade”, e o que mais a caracteriza é a situação de conflito social. Ela é criada “pela expansão territorial do grande capital e da sociedade civilizada”, sendo constantes os conflitos entre camponeses, fazendeiros, índios e não-índios, ou seja, entre os diferentes grupos sociais que ocupam o território e lutam pela permanência nele. O autor analisa a problemática trazendo para o debate duas designações clássicas: a frente pioneira e a frente de expansão, que são na verdade modos de ver e conceber a fronteira.

Conforme explica Martins (2009) a frente pioneira, pensada inicialmente pelos geógrafos a partir de 1950, está ligada à dimensão da reprodução do capital e da conversão da terra em mercadoria, nas figuras do fazendeiro, do empresário, do comerciante e do pequeno agricultor moderno, ou ainda por meio da implantação de instituições políticas jurídicas. E a frente de expansão direciona-se à população que vive à margem do sistema capitalista, que tem a terra como meio de sobrevivência e para o sustento da família. Neste caso, o pesquisador inclui as comunidades indígenas, os camponeses, os castanheiros, os posseiros e os pequenos agricultores que praticam uma agricultura de roça no limite do mercado.

Segundo Martins (2009), a última fronteira brasileira é a região amazônica que, inclusive em 1953 foi denominada de Amazônia Legal⁴, pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), uma região estrategicamente pensada e arquitetada para atender, dentre outras coisas, a demanda do capital. Além disso, a partir do golpe de Estado de 1964 e do estabelecimento da Ditadura Militar (1964-1985), essa região transformou-se num imenso cenário de ocupação territorial massiva, violenta e rápida, processo que continuou, ainda que atenuado, com a restauração do regime político civil democrático de 1985. Um espaço onde o avanço ou a expansão da fronteira agrícola seja na figura do latifundiário, seja na do grileiro, seja na do empresário nacional e internacional, seja ainda na do próprio Estado têm reorganizado o território e produzido novas realidades socioespaciais.

Becker (1982) e Machado (1992) enfatizam que o processo de ocupação da Amazônia Legal na segunda metade do século XX ocorreu alicerçado pelo Estado, por meio de políticas e programas de ocupação, que forneceu inclusive incentivos fiscais para que empresas nacionais e multinacionais se instalassem na região, reorganizando o território para atender, sobretudo, as demandas do capital. Ademais, Oliveira (1991) é incisivo ao afirmar que houve na época, abertura da Amazônia brasileira para instalação do capital internacional, por parte do governo federal brasileiro.

Dentre as políticas de ocupação da Amazônia Legal Machado (1992) cita o Programa de Integração Nacional⁵ (PIN), (instituído no I Plano Nacional de

4- A Amazônia Legal, de acordo com Becker (2007), abrange uma área de aproximadamente 5.217.423 Km², compostos pelos Estados: Acre, Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão.

5- Instituído em 1970 e implantado a partir do 1971, no Governo do General Emilio Garrastazu Médici, pelo Decreto lei nº. 1.106.

Desenvolvimento (I PND- 1972/1974)), que tinha dentre seus objetivos, fomentar o desenvolvimento de um programa de colonização dirigida rumo à região amazônica e incorporar as regiões consideradas economicamente atrasadas do Brasil (Norte e Nordeste), à modernidade já encontrada no Centro Oeste e no Sul do país. Além do mais, houve incentivo à migração, construção e pavimentação de rodovias (Rodovia Transamazônica (BR-230) e a Cuiabá-Santarém (BR-163)), facilidades na obtenção de crédito agrícola através de bancos oficiais (pelo Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos e Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA)), criação de redes de telecomunicações, distribuição de energia elétrica e propagandas, para fomentar e facilitar a ocupação da região.

Na concepção de Costa (1988) a construção de rodovias que interligassem as regiões brasileiras no PIN, foi um elemento chave dentre as políticas de ocupação da Amazônia Legal, visto que, a abertura de rodovias como a Transamazônica – BR/230 (migração de leste para oeste) e a Cuiabá-Santarém – BR/163 (migração do Sul para o Norte), possibilitou uma integração nacional por vias terrestres. Além disso, nas margens da Rodovia Transamazônica houve a implantação de projetos de colonização oficial (dirigida pelo governo federal e subsidiada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA)) e particulares, situação que gerou conflitos com as comunidades locais. A respeito, Hébette (1991, p. 199) afirma que,

Desde o fim dos anos 50, com a abertura da rodovia Belém-Brasília e, em 1970, da Transamazônica, dirigiam-se para essa região fluxos intensos de migrantes, na sua maioria lavradores expulsos dos mais diversos Estados do país. Acompanhando esse movimento e, em alguns casos, antecedendo-o operou-se um grande movimento de especulação fundiária que retalhou toda a região em imensos latifúndios de dezenas e até centenas de milhares de hectares.

No que se refere ao apoio financeiro fornecido às empresas que optassem em investir na Amazônia Legal, o órgão responsável por direcionar a ação era a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAN), com apoio do Banco da Amazônia S.A. (BASA). Havia ainda outros tipos de incentivos públicos e tecnológicos segundo Becker (1982).

Durante o mandato do Governo Militar (1964-1985) além do I PND houve também o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975/1976), ambos

continham ações voltadas a modernização agrícola e fomento ao crescimento econômico brasileiro, e isso incluía ações voltados à Amazônia Legal. Gonçalves Neto (1997) explica que o I PND tinha como principal objetivo colocar o Brasil na categoria dos países desenvolvidos, expandir a economia nacional e propunha políticas de integração nacional na região amazônica. Além disso, debatia-se a importância da modernização agrícola e empresarial, principalmente no Centro-Sul, e a viabilização da agricultura nordestina, a partir da introdução de novas tecnologias no campo. Para que isso ocorresse, foi instituído o PROTERRA pelo Decreto-lei nº. 1.179, no dia 06 de julho de 1971.

Oliveira (2007) ressalta que o PROTERRA tinha entre seus objetivos promover o mais fácil acesso do homem a terra, criar melhores condições de emprego e mão de obra e, fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAN e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O PROTERRA contribuiu diretamente para a expansão da fronteira agrícola na região amazônica, e também no Tocantins, assim, fazendeiros também foram beneficiados com empréstimos oriundos desse programa. Reinaldo (2016) destaca, por exemplo, que o dinheiro era usado pelos proprietários de terra tocaninenses para construir cercas, currais e até mesmo comprar novas cabeças de gado.

Oliveira (1991) é pontual ao afirmar que o PIN, o INCRA e o PROTERRA formavam um projeto articulado nos bastidores do Governo Militar. E assim,

“[...] criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação através de pagamento com ‘Títulos da Dívida Agrária’. Entretanto, agora através do PROTERRA, passava esta desapropriação a ser feita ‘mediante previa e justa indenização em dinheiro’ (alínea “a” do artigo 3). Estava estabelecido mais um elo da “contrarreforma agrária”, ou seja, uma reforma a favor dos latifundiários. (OLIVEIRA, 1991, p. 82)

No II PND, aprofundava-se o processo de internacionalização da economia brasileira, fomentava o processo industrial nos setores empresarial e agropecuário, incentivava a ocupação de terras nas regiões fronteiriças (principalmente na Amazônia Legal), fornecia estímulos à agroindústria, promovia programas de redistribuição de terras e estratégias de ocupação de novas áreas (Centro-Oeste, Amazônia, vales úmidos do Nordeste), e investia na modernização do setor rural (Gonçalves Neto, 1997).

Segundo Oliveira (1991) dentre as políticas implementadas pelo Estado no II PND, destacaram-se o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOMAZONIA - Decreto nº. 74.607 de 25/09/1974); o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO - Decreto nº 75.320 – 29/01/1975); e o Programa Nipo-Brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola da Região do Cerrado (PRODECER).

O POLOMAZÔNIA objetivava “[...] desenvolver regiões da Amazônia com base em suas potencialidades minerais e agropecuárias, ocupando espaços vazios e investindo em projetos de infraestrutura” (FURTADO, 2014, p. 85). E propunha dezesseis polos de desenvolvimento para a Amazônia, alguns deles voltados para associação entre produção de energia, indústria e extração mineral. O POLOCENTRO tinha por finalidade promover o desenvolvimento e a modernização de atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no Oeste de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas, com características de cerrado (Art. 1, Decreto nº 75320 de 29/01/1975). E o PRODECER, buscava tornar as áreas de cerrado mais produtivas e “desenvolvidas”.

De acordo com Inocêncio e Calaça (2009) o PRODECER ocorreu em três etapas, a primeira (PRODECER I), iniciou em 1980 no Oeste de Minas Gerais; a segunda (PRODECER II), foi implantada em 1987 em Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia); e o terceiro (PRODECER III), ocorreu a partir de 1995, nos estados do Maranhão e Tocantins. O PRODECER teve como meta, a criação de polos de desenvolvimento agrícola nas novas fronteiras agrícolas na Região dos Cerrados, investindo dentre outras coisas, na produção de soja nessas áreas.

Pessôa e Inocêncio (2014, p. 14) afirmam que o PRODECER, cumpriu seu principal papel, “[...] o de articular o capital público ao privado de modo a estabelecer, em definitivo, todas as condições para a territorialização do capital no Cerrado [...]”. O que contribuiu diretamente para a expansão da fronteira agrícola na região Norte, com a introdução de sofisticadas técnicas de produção e a reprodução ampliada do capital no campo. Todavia, se por um lado essa modernização agrícola gerou a concentração de capital para uns, para outros trouxe medo, opressão, morte, perseguição, percas de modos de vida e expulsão do campo. Situação que ocorreu também no Norte do Tocantins (área de estudo) que se mostrará melhor no próximo tópico.

Muitos desses programas contribuíram diretamente com a migração de pessoas de diversos pontos do país para a região amazônica. Era a fronteira agrícola se expandindo rumo ao Norte do Brasil, e provocando rearranjos no(s) território(s), por meio da territorialização do capital, seja na figura do Estado, seja na de fazendeiros, seja ainda na da própria monopolização do território pelas empresas estrangeiras. E, “quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho” (MARTINS, 1980, p. 60).

A FRONTEIRA AGRÍCOLA NO NORTE DO TOCANTINS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

Estreitamente relacionada com a modernização e tecnificação do/no campo, a fronteira agrícola vem se expandindo por todo território nacional, ocupando grandes extensões de terra voltadas para diferentes produções, como por exemplo, os grãos. Segundo Silva (2006) e Huertas (2009), as regiões Centro-Oeste e a Amazônia Legal têm sido diretamente impactadas com a produção de monoculturas, seja em questões ambientais ou sociais. Para Silva (2006, p. 2),

A fronteira agrícola capitalista é um processo social que reflete e condiciona a (re)produção de um espaço geográfico através da incorporação e terras e mão de obra em áreas selecionadas pelas forças sociais representantes do processo de reprodução do capital em direção a espaços até então periféricos e marginalizados.

Essa expansão está diretamente relacionada com a frente pioneira, com a utilização de técnicas sofisticadas no campo e até mesmo com o processo de industrialização nos espaços agrários. Pois como bem apontou Machado (1995) não se trata de um conceito fechado e sim de um entendimento sobre o processo em que o pioneiro é visto como aquele que induz o novo (formas de produção e usos da terra) a partir da reprodução ampliada do capital. Situação que segundo Martins (1996, 2009) gera conflitos com os diferentes grupos sociais do lugar, e estes, na maioria das vezes não são levados em consideração na hora que ocorre a “modernização” e reorganização do território.

No processo de expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal, as áreas de Cerrado também receberam investimentos e políticas voltadas para a produção agrícola,

como o PRODECER, por exemplo, (Pessôa e Matos 2005). E as terras que até então eram vistas como improdutivas passaram a ser “valorizadas” monetariamente pelos capitalistas, porém, muitos dos diferentes grupos sociais do lugar, que de fato tinha (tem) uma relação de afeto, trabalho e sustento com a terra acabaram perdendo seus territórios ou tendo que resistir e lutar por eles. A este respeito o geógrafo Porto Gonçalves (2018) afirma que,

Os camponeses dos cerrados se veem, hoje, desapropriados por um modelo que, por sua própria lógica, não democratiza seus benefícios, seja pela elevada magnitude de capital que exige para aceder a todo o pacote tecnológico, seja pelas enormes extensões de terras, seja ainda pela diminuição de preços agrícolas que impede que cheguem ao mercado aqueles que estão abaixo do nível de produtividade médio, sempre rebaixado pelas grandes empresas do agronegócio. Por sua vez esse modelo transfere para a sociedade como um todo, e até mesmo para as gerações futuras, sua enorme ineficiência energética global e seus danos ambientais [...]. (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 261)

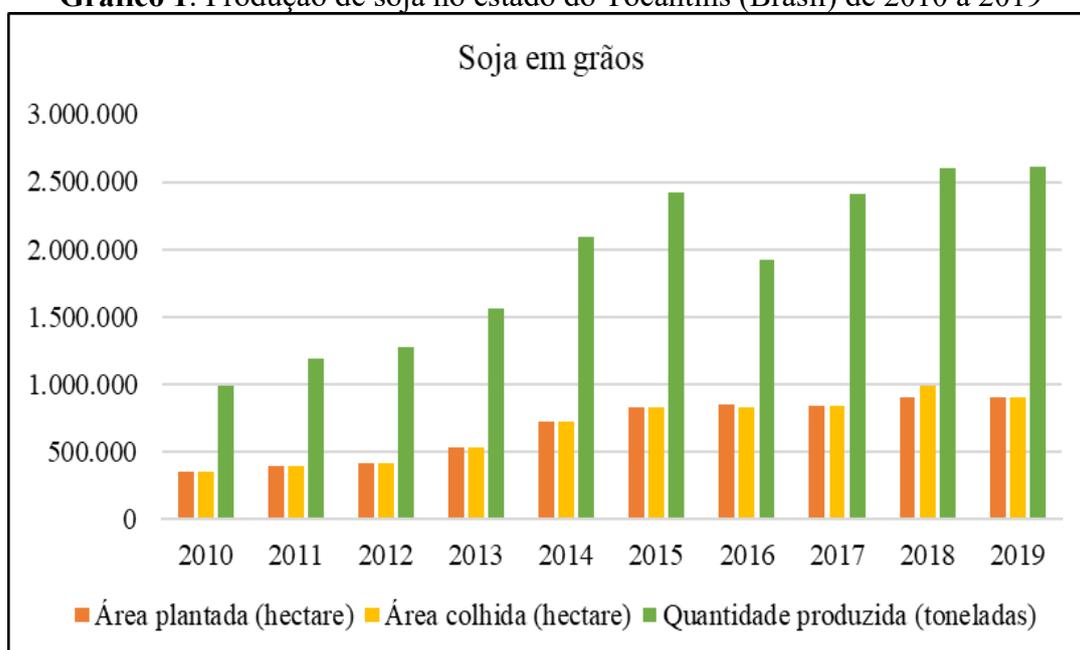
O autor é pontual ao destacar que a produção mecanizada nas áreas dos biomas Cerrado e Amazônia insere no campo novas formas e relações de trabalho e produz uma relação local-global, seja por meio da comercialização e exportação de mercadorias e da produção, ou ainda na aquisição de insumos, agrotóxicos, fertilizantes, etc., e/ou ainda por meio de mão-de-obra qualificada. É importante pontuar que a consolidação de atividades agropecuárias e agrícolas modernas nas áreas do Cerrado, se por um lado aumentou a produtividade, por outro intensificou os problemas sociais e ambientais.

O estado do Tocantins também se insere nessa realidade, pois tem sido foco de investimento tanto de capitalistas nacionais quanto internacionais, que chegam com seus meios de produção e reorganizam o território. Uma das atividades que tem se destacado no território tocantinense, quando o assunto é a ligação local-global a partir também da expansão da fronteira agrícola, segundo Silva (2006), é a produção de grãos, especialmente a soja. Todavia é importante pontuar que existem outras atividades também ligadas à agropecuária e ao campo, como a produção de silviculturas (eucalipto, etc.) e a criação de gado (cria, cria, engorda e abate).

No que se refere à produção de soja no Tocantins, identificou-se, a partir das informações disponibilizadas na base de dados, denominado Sidra, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que houve um crescimento da produção de soja ao longo dos últimos nove anos no território tocantinense. O Gráfico 1, mostra por

exemplo que em 2010 (352.875 hectares) e 2011 (396.132 hectares) foram plantadas as menores áreas de soja no Tocantins. Em contrapartida no ano de 2019 foi ocupado uma área de aproximadamente 905.281 hectares. No que se refere à área colhida o ano com maior destaque e 2018 com 989.582 hectares. Os anos de 2019, 2018, 2017, 2016, 2015 e 2014 foram colhidos mais ou menos uma média entre 500.000 e 1.000.000 hectares de soja. E os anos em que mais se produziu soja no Tocantins foram em 2018 e 2019, ficando acima de 2.500.000 toneladas, em contrapartida a menor produção foi em 2010 com 991.326 toneladas.

Gráfico 1: Produção de soja no estado do Tocantins (Brasil) de 2010 a 2019



Fonte: Sidra base de dados do IBGE (tabela nº, 1612). Elaboração: REINALDO, Batista Reinaldo, 05/04/2021.

Com base no gráfico 1, é possível identificar que houve um crescimento da produção de soja ao longo dos anos (2009-2018) no Tocantins. Todavia, é importante pontuar que esse crescimento gera ao mesmo tempo riqueza e pobreza. Uma situação contraditória que beneficia um pequeno grupo (capitalistas) e prejudica muitos diferentes grupos sociais tocantinenses (camponeses, posseiros, ribeirinhos, indígenas, quebradeiras de coco babaçu dentre outros) que tem seus territórios camponeses⁶ invadidos com a expansão das plantações de monoculturas.

⁶ Território camponês “entendido como *fração* ou como *unidade* é o sítio, o lote, a propriedade familiar ou comunitária, assim como também é a comunidade” (Fernandes, 2012. p. 744) (grifos do autor)

Na porção norte do estado do Tocantins, localizada em uma área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia, o município que mais produz soja segundo o IBGE, é Campos Lindos (TO), que tem cerca de 10 habitantes segundo as últimas estimativas feitas. O Quadro 1 mostra que houve um crescimento intenso na produção de soja no referido município de 2009 a 2018, o que demonstra que a expansão da fronteira agrícola já ocorre em todo território tocantinense. O ano em que mais se plantou e colheu soja por hectare foi em 2014 com 72.7000 toneladas, seguidas do ano de 2015 (72.7000 toneladas) e 2019 com 69.100 toneladas. No que se refere a quantidade produzida em toneladas, o 2014 (232.140 toneladas) e 2015 (220.660 toneladas) foram os que mais se destacaram.

Quadro 1: Produção de soja em Campos Lindos (TO) de 2010 a 2019

Ano	Soja		
	Área plantada (hectare)	Área colhida (hectare)	Quantidade produzida (toneladas)
2010	48.000	48.000	134.400
2011	53.000	53.000	164.300
2012	53.500	53.500	166.920
2013	67.800	67.800	213.570
2014	73.000	73.000	232.140
2015	72.7000	72.7000	220.660
2016	66.100	66.100	198.390
2017	40.500	69.012	128.790
2018	67.000	67.000	213.060
2019	69.100	69.100	227.700

Fonte: Sidra base de dados do IBGE (tabela nº, 1612). Org. REINALDO, Batista Reinaldo, 05/04/2021.

Se por um lado o município de Campos Lindos (TO) destaca-se na região Norte do Tocantins por produzir uma quantidade considerável de soja, por outro também é manchete por ter calorosos conflitos socioterritoriais na luta pela terra, entre os diferentes grupos sociais locais e capitalistas. Inclusive, Lopes e Suzuki (2019) explicam que o então governador Siqueira Campos, desapropriou terras de comunidades tradicionais (doando à terceiros: amigos, políticos, empresários) que viviam no território há várias gerações, para o implantar o projeto Campos Lindos na década de 1990. Um projeto voltado especialmente para produção de grãos na região transformando o Cerrado em um verdadeiro celeiro a céu aberto. O que demonstra o quanto é contraditória a expansão da fronteira agrícola, gerando riqueza e pobreza ao mesmo tempo. Pautados em um discurso desenvolvimentista capitalista são beneficiados e, por

outro lado a comunidade local, sobretudo os grupos sociais que tiram seu sustento diretamente da terra acabam sendo expulsos é/ou expropriados de seus locais de moradas para dar espaço a plantações (soja, milho, eucalipto) ou criações de gado.

Silva (2006) é pontual ao afirmar que com o avanço do agronegócio muitos grupos sociais (indígenas, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, etc.) acabam tendo que migrar para as cidades, vivendo em situações de vulnerabilidade social. Becker (1994) afirma que nesse caso, é comum que essas pessoas acabem morando nas áreas periféricas das cidades, justamente devido sua situação social e econômica.

No norte do Tocantins, essa realidade antagonica gera conflitos, resistências, medo e também mortes na luta pela terra e por territórios, situação que ocorre desde quando o Tocantins (antigo Norte Goiano ou Norte de Goiás) fazia parte do estado de Goiás. Sader (1986), por exemplo, mostra com precisão os conflitos envolvendo camponeses e fazendeiros na década de 1980 no Bico do Papagaio (área localizada no extremo norte do Tocantins e em parte dos estados do Pará e Maranhão), destacando a importância da união camponesa na luta e resistência contra aqueles que os oprimia, jagunços que ameaçavam, perseguiram e até mesmo matavam aos mandos e desmandos de fazendeiros da região.

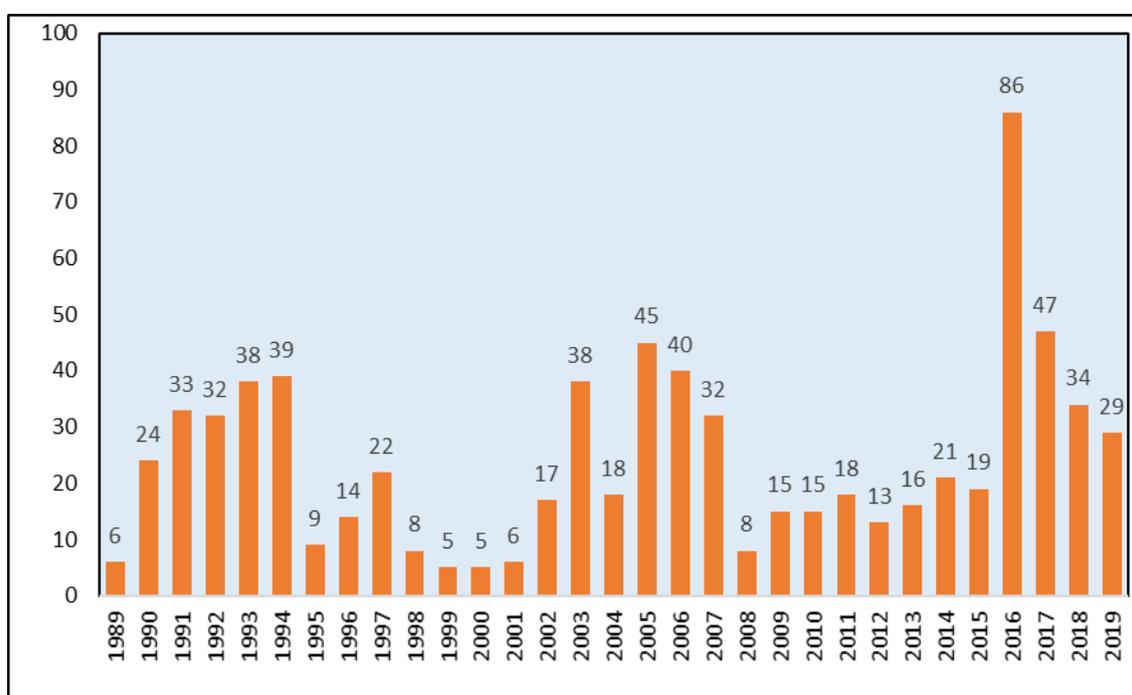
Lopes (2009), geógrafo tocantinense que também trabalha com questões relacionadas a conflitos no campo, é pontual ao afirmar que o município de Araguaína (TO) foi/é porta de entrada e saída de aliciadores, seja devido sua localização geográfica ou por ser um polo (serviços de saúde, educação, comércio) para municípios circunvizinhos e para outros estados, como o Maranhão e o Pará, ou ainda por compor áreas de interesses de capitalistas (fazendeiros, empresários). Sendo também uma área de expansão da fronteira agrícola no norte do Tocantins. O autor afirma que o capitalismo nessa região tem no cativo uma de suas formas arcaicas de reprodução e conflito. O trabalho análogo a escravidão, em que a mão de obra não é paga, tem a exploração da mais valia como parte da vida de muitos trabalhadores que chegam na região aliciados pelos “gatos”.

Além disso, Lopes (2009) ressalta que é recorrente os casos de perseguição à camponeses, assentados, lideranças de movimentos sociais ou outras pessoas que estejam diretamente engajadas na luta pela terra de trabalho, sujeitos que, de alguma forma, representam uma “ameaça” àqueles que detêm o capital na região. Sendo comum

o aumento de conflitos territoriais na área de estudo e em todo o território tocantinense, conforme aponta as informações disponibilizadas nos Cadernos de Conflitos da Comissão da Pastoral da Terra (CPT) exposto no Gráfico 2.

Observa-se no Gráfico 2, que foi no ano de 2016 que mais houve conflitos por terra no Tocantins, com 86 casos registrados. Em seguida vêm 2017, com 47 notificações; 2005, com 45; 2006, com 40; 1994, com 39; 1993, com 38; 1991, com 33; 1992, com 32; 2019, com 29. Os anos com menos conflitos registrados foram 1999 e 2000, com 5 casos cada um. Em seguida vêm 1989 e 2001, com 6 casos.

Gráfico 2: Conflitos por terra no Tocantins de 1989 a 2019



Fonte – Cadernos da CPT.

Elaboração: REINALDO, Thaysslorranny Batista. Data: 03/04/2021

As situações de conflitos no norte do Tocantins são diversas algumas com o uso da violência (física) outras com uso de violência (psicológica) nas disputas jurídicas que envolvem questões ligadas a terra e o território dos diferentes grupos sociais que vivem na área de estudo. Martins (1980) explica que os conflitos no campo estão ligados à luta pela terra e pelo seu uso, seja na terra enquanto terra de trabalho (usada para trabalhar e para sustentar a família) seja na terra de exploração usada para explorar o trabalho do outro, nas mais variadas formas possíveis, as quais estão no seio do modo de produção

capitalista. Ademais a terra é concebida e usada de forma diferente para os grupos sociais, por exemplo, para o indígena ela é sagrada, é um meio de sustentar a família, para o capitalista a ela é reserva de valor.

A Comissão da Pastoral da Terra, sede de Araguaína (TO) é o órgão que acompanha a maioria dos conflitos territoriais no Tocantins, sobretudo na região norte do estado. São muitas as comunidades que vivenciam situações de conflito, desapropriação e expulsão do campo, entre elas os camponeses-possesores do Acampamento Gabriel Filho, localizado em Palmeirante (TO).

Com base nos relatos dos moradores do Acampamento Gabriel Filho e pela reportagem feita por Ana Sophie Gross pelo site Mongabay⁷, identificou-se que a formação do Acampamento remonta ao início do século XXI, mais precisamente no ano de 2007 quando cerca de trinta famílias ocuparam a Fazenda Freitas, antiga Fazenda Recreio, e abriram seus lotes, construíram uma casa de moradia, o quintal e o roçado. Além disso, plantavam alimentos (abobora, arroz, milho, feijão, batata doce, mandioca, etc.), plantas medicinais e criavam pequenos animais (galinhas, porcos) para o sustento das famílias. Na ocasião dois possíveis proprietários disputavam/disputam na justiça a quem de fato pertencia/pertence a propriedade. Muitas dessas famílias eram migrantes expulsos de outros acampamentos.

É uma comunidade que já vivenciou diferentes situações conflituosas, inclusive teve ao assassinato do líder Gabriel Filho em 2010 que segue impune na justiça, conforme dados da ação penal nº 5000775-77.2012.827.2718. Após o ocorrido a comunidade ficou mais ou menos cerca de oito anos na terra (até 2018) quando o então proprietário reivindicou na justiça a desapropriação dos acampados. Todavia o mesmo é o principal suspeito do homicídio segundo reportagem da CPT⁸.

A expulsão da comunidade da propriedade em 2018 e a formação do acampamento em 18 de abril do mesmo ano, foi acompanhada pela CPT e por servidores da Defensoria Pública Estadual do Tocantins (DPE-TO)⁹. Na ocasião os

⁷ Reportagem feita por Anna Sophie Gross, pelo Mongabay series: Agronegócio na Amazônia. Disponível em < <https://brasil.mongabay.com/2018/08/comunidade-desalojada-por-acusado-de-assassinato-busca-justica-para-gabriel-filho/>>. Acesso em 15. out. 2019.

⁸ Disponível em < <https://cptnacional.org.br/publicacoes/12-noticias/conflitos/4323-familias-camponesas-sao-despejadas-de-terras-em-que-viviam-ha-10-anos-no-tocantins>>. Acesso em: 23 out. 2019.

⁹ Disponível em <[DPE-TO considera injusta decisão que reintegrou área ocupada por camponeses em Palmeirante](#)>. Acesso em: 23 out. 2019.

camponeses-posseiros levantaram acampamento (em barracos improvisados feito de lona) em uma área bem próxima a Fazenda Freiras, (cedida pelos camponeses-posseiros vizinhos) onde vivem até o momento. Conforme aponta dados da CPT e os moradores entrevistados nos trabalhos de campo, a expulsão das famílias da propriedade foi um momento de tensão, tristeza, medo e angústia pois, eles tiveram que deixar plantações, moradias e criações para trás. Perderam tudo, e os impactos foram materiais e imateriais, já que tinham um vínculo afetivo com o lugar. Um(a) camponês(a) lamenta “[...] perdi tudo, lá era minha casa, meu sonho, tudo que eu tinha” (Entrevista 01, setembro de 2019). Outro (a) morador(a) explica:

“[...] a gente não pode nem entrar em casa para alimentar as criação, a gente não pode entrar na roça pra colher o que a plantamos. A água buscamos a 5 km, não temos energia. Não recebemos ajuda de ninguém. Os homens trabalha fora, para ganhar o pão de cada dia [...]”. (Entrevista 02, setembro de 2019)

As condições de vida no Acampamento são precárias (Figura 1), falta saneamento básico, infraestrutura e até mesmo água e alimentação para os moradores. Todavia, apesar das dificuldades a comunidade luta, resiste e se organiza politicamente nutrindo o sonho de um dia retornar a antiga casa de morada. Loeira (2014) recorda que os acampamentos são uma das formas de resistência das comunidades que lutam pela terra.

Figura 1: Interior de uma das moradias do Acampamento Gabriel Filho em Palmeirante-TO



Fonte: REINALDO, Thayssllorranny Batista. Setembro de 2019.

Com base em informações cedidas pelos próprios moradores foi possível identificar diversas situações de conflito vivenciadas por eles no Acampamento, indo desde ameaças verbais, perseguições, envenenamento de animais, agressões físicas, interdição de estradas, perseguição por parte de jagunços dentre outras, como relata uma moradora:

[...] aqui ninguém dorme a noite, já aconteceu de ter que sair correndo por causa de pistoleiros, que estavam rondados as casas aqui no acampamento. A gente corre, com criança, passa a noite no mato. Os meus meninos já vivem com medo, choram por nada. E eu sinceramente já pensei em ir embora daqui. Só que eu não tenho pra onde ir, tudo que eu tinha investi na terra, que hoje eu nem posso pisar. (Entrevista 03, setembro de 2019)

Essas intimidações podem ocorrer de maneira direta ou indireta, como por um simples olhar, um recado dado por um menor ou conhecido, ou pelo simples fato de jagunços ficarem nos arredores do acampamento segundo informações dos camponeses acampados. As situações de violência (física e psicológica) causam consequências imagináveis, que vão desde a expulsão dos sujeitos do campo, até mesmo ao aparecimento de doenças de cunho psicológico e traumas para o resto da vida. E é por esse motivo que concordamos com Martins (2009) ao explicar que é difícil compreender na totalidade, a realidade da fronteira. E pontuamos ainda, que para as crianças do Acampamento é ainda mais difícil lidar com toda essa realidade de violência e conflito, inclusive uma delas expressou esse sentimento em forma de um desenho (Figura 2) durante uma visita a comunidade.

Figura 2: O medo de uma criança no acampamento Gabriel Filho em Palmeirante (TO)



Fonte: desenho feito por uma criança de 10 anos, setembro de 2019

Nas palavras da criança que fez o desenho “[...] tia eu tenho medo a gente corre aqui no meio da noite. Até indo pra escola já pararam o ônibus” (setembro de 2019). É uma situação difícil, e que infelizmente não ocorre somente no Acampamento Gabriel Filho. Martins (2009) mostra essa realidade em um dos capítulos de sua obra, e afirma que muitas crianças no Brasil “perdem suas infâncias” nas áreas de conflito. E o Caderno da CPT (2001) evidencia essa situação e assegura que as crianças também são alvos de intimidação nos locais de conflito por terras em todo território nacional.

Martins (2009, p. 110) lembra que as crianças também fazem parte da força de trabalho da família. “A família se mantém através do trabalho de todos os seus membros, independente da idade”. No Acampamento Gabriel Filho o cotidiano da criança passa desde momentos de brincadeira (cantigas de roda, jogos, etc.) quando não estão na escola, a momentos em que ajudam os pais em casa (varre a casa, aguam as plantas, cuidam dos irmãos mais novos). E com base nas informações cedidas pela população, os adolescentes ajudam a vigiar a comunidade durante o dia, avisando aos adultos a aproximação de algum jagunço¹⁰. As crianças que vivem em locais de conflito mostram o quanto é emblemático o lugar de fronteira.

É importante pontuar que o Acampamento fica em uma área de expansão da fronteira agrícola, rodeada de produção de soja e eucalipto. Situação que evidencia o quanto é contraditório e desigual esses espaços fronteiriços. Essa situação de conflitos e lutas por terra e território não é específica somente dessa comunidade, pois outras também vivem situações semelhantes como a Gleba Tauã na Barra do Ouro (TO), a Comunidade Barra do Grotão em Filadelfia (TO), as comunidades Passagem da Áreia, Gado Velhado, Vereda Bonita, Primavera, Raposa em Campos Lindos (TO) e tantas outras comunidades que são acompanhadas pela CPT no norte do Tocantins. Muitas dessas comunidades também são estudadas por outros pesquisadores tanto da ciência geográfica quanto da história.

¹⁰ O jagunço segundo Martins (1981) é aquele homem que presta serviço ao patrão, que inclui a realização de ações ilícitas e macabras contra a vida do camponês, é o “[...] bandido isolado, como arma de aluguel, a serviço de fazendeiros e políticos, nas disputas pelo poder e nas disputas pela terra” (Martins 1981, p. 28).

AGRADECIMENTOS

As autores agradecem aos financiamentos dos projetos CAPES PGPSE Proc. 88887.123947/2016-00: Sistemas Ambientais costeiros e ocupação econômica do Nordeste; CAPES PRINT Proc. 88887.312019/2018-00: Integrated socio-environmental technologies and methods for territorial sustainability: alternatives for local communities in the context of climate change; e Programa CAPES/FUNCAP Proc. 88887.165948/2018-00: Apoio às Estratégias de Cooperação Científica do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Norte do estado do Tocantins é um território composto de diferentes realidades sociais, culturais, políticas e econômicas de comunidades que resistem e lutam frente à expansão da fronteira agrícola sob seus territórios camponeses. E que veem também na coletividade e na solidariedade camponesa uma oportunidade de lutar pela terra de trabalho e conquistar o sonho da terra liberta.

Por meio desta pesquisa foi possível identificar o quanto os espaços fronteiriços do Norte do Tocantins são complexos e contraditórios, tendo de um lado uma forte concentração fundiária e de recursos econômicos nas mãos da minoria e, do outro lado, camponeses posseiros, indígenas, Sem Terra que vivem à margem do sistema capitalista. Sujeitos que lutam e resistem para permanecerem em seus territórios, com seus modos de vida, e que usam a terra para garantir o sustento da família. Com o processo de expulsão partem para o trabalho assalariado como forma de sobreviver e resistir, sem, no entanto, perder o sonho de voltar a lida com a terra.

A realidade vivenciada pela comunidade do Acampamento Gabriel Filho, em Palmeirante- TO é mais um ponto de resistência no conjunto dos conflitos sócioterritoriais presentes na Região. Todavia, além dessa comunidade, outras também enfrentam situações semelhantes no campo, casos que geralmente não aparecem na mídia. São famílias que resistem com o apoio de representações camponesas como a CPT e desenvolvem ações e mobilizações na luta por seus territórios e modos de vida. Convivem cotidianamente lado a lado com o medo, mostrando-nos o lado mais perverso da fronteira. São, ainda, comunidades desassistidas e que na maioria das vezes não

recebem apoio do Estado, ficando sempre a margem dos investimentos públicos da região.

Trata-se, portanto, de uma área de expansão da Fronteira Agrícola e de interesses de um capitalismo globalizado que cria e recria formas de sujeição e expropriação de grupos sociais para manter a reprodução ampliada do capital na articulação com o Estado.

O Norte do Tocantins é um espaço fronteiro contraditório e emblemático, que beneficia uns em detrimento de outros, e que precisa ser mais e pesquisado e compreendido pela academia e pelos pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar. Conflito e integração nas fronteiras dos “brasiguaios”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 60, p. 579-590, Set./Dez. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000300009>

BECKER, Berta K. **Geopolítica da Amazônia a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. 3.ed. São Paulo: Ática, 1994.

BECKER, Bertha K.; MIRANDA, Mariana. MACHADO, Lia O. **Fronteira Amazônica: questão sobre gestão de território**. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

BESSA, Kelly. A Dinâmica da diferenciação espacial entre os centros do segmento de rede urbana no Tocantins. In: SANTOS, Roberto de Souza et al. **Território e Diversidade Territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais**. Goiânia: Kelps, 2013.

BRITO, Eliseu Pereira de. **Itinerários de uma identidade territorial na invenção do ser tocantinense**. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

COSTA, Wanderley Messias. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1989, p. 43-61.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Cadernos de Conflitos no Campo**. Centro de Documentações Dom Tomás Balduino. Expressão Popular. SP, 1985-2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Território Camponês**. In: Caldart, R. S., Pereira, I. B.; Alentejano, P. & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular. 2012. pp. 744-748.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. **Perspectiva Geográfica**, Cascavél, PR, V.9, N.10, 2014.

FURTADO, Paulo José. O governo e o incentivo de acesso á Terra na Amazônia Legal: Controle e favorecimento do capital privado (1964 – 1980). **Outras Fronteiras**, Cuiabá, v, 1. n.1, jun, 2014.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e a Agricultura no Brasil, política agrícola e modernização econômica Brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec. 1997.

HÉBETTE, Jean. **O cerco está se fechando**. Rio de Janeiro: Fase, 1991.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: Fronteira agrícola e integração territorial**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 107-157.

INOCÊNCIO, Maria Erlan; CALAÇA, Manoel. Cerrado: fronteira da produção agrícola capitalista do século XX. In. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Anais... São Paulo: 2009.p. 1-16.

LOERA, Nashieli Rangel. Tempo de Acampamento. São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2014. Disponível em<http://search.livros.scielo.org/search/?output=site&lang=pt&from=0&sort=&format=summary&count=20&fb=&page=1&q=tempo+de+acampamento&index=tw&where=BOOK&search_form_submit=Pesquisar&filter%5Bis_comercial_filter%5D%5B%5D=>>. Acesso em: 13 set. 2020.

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no Norte do Tocantins: vidas fora do compasso**. São Paulo: USP, 2009. 317 f. Tese (Doutorado)

LOPES, Alberto Pereira. **Escravidão por dívida no Tocantins-Brasil vida dilaceradas**. Curitiba-PR: Appris editora, 2018.

SUZUKI, Júlio César; LOPES, Alberto Pereira. **A nova fronteira e a territorialização do capital: conflitos, segregação e resistência dos trabalhadores do campo**. In: _____. SUZUKI, Júlio Cesar *et al* (Orgs). Geografias tocantinenses e outras leituras. São Paulo: FFLCH/USP, 2019, p. 11-28. <https://doi.org/10.11606/9788575063644>

MACHADO, Lia Osorio. A fronteira agrícola na Amazônia Brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, IBGE, v. 54, n. 2, abr./jun., p. 27-55, 1992.

MACHADO, Lias Osorio. A fronteira Agrícola na Amazônia brasileira. In: _____.CHRISTOFOLETTI, *et al*. (Orgs).**Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Hucitec, 1995, p. 181-217.

MARTINS, José de Souza. Fronteira. **A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 9-205.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de**, São Paulo, USP, v.8, n. 1, p. 25-70, maio 1996. <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>

MARTINS, José de Souza. Lutando pela terra: índios e posseiros na Amazônia legal. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 11, n. 1/2, p. 7-27, 1980.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Amazonas a divisão da “monstruosidade geográfica”**. Amazonas: EDUA, 2007.

REINALDO, Thayssllorranny Batista. **FRONTEIRA E MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA AMAZÔNIA LEGAL: a experiência da Cooperativa Agropecuária Portuense LTDA - CAPPOL – Porto Nacional/TO (1963-2016)**. Porto Nacional: UFT, 2012. 206 f. (Dissertação).

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar; INOCÊNCIO, Maria Erlan. O PRODECER (RE)VISITADO: as engrenagens da territorialização do capital no Cerrado. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-22, jun., 2014.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar Pessôa; MATOS, Patrícia Francisca. **A modernização da agricultura no cerrado e os custos ambientais**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

PRADO JÚNIOR, CAIO. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e natureza da globalização**. 8º ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SADER, M. R. C. de T. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. 1986. Tese (Doutorado)

SILVA, Carlos Franco da Silva. Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territorius: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 282-312.

SILVA, Carlos Alberto Franco da. A Fronteira agrícola capitalista da soja na Amazônia. **Revista da Sociedade Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 1. n. 1, p. 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1991.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 04, p. 381-420, 1957. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1957_v19_n4.pdf Acesso em 23 de agosto de 2020.

Comissão VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio da Pastoral da Terra (CPT), 2019. Acesso em: <<https://www.cptnacional.org.br/>>. Acesso em 18 de outubro de 2019, às 15h25min.

WELCH, Clifford Andrew. **Conflitos no campo**. In: Caldart, R. S., Pereira, I. B.; Alentejano, P. & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular. 2012. pp. 141-149.